



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

AS RELAÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR COM O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ALGUMAS REFLEXÕES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Viviane Dias de Jesus Gomes

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Gmail vividias jj@gmail.com

RESUMO

Este artigo consiste em relatos e reflexões do Memorial solicitado referente ao Componente Curricular Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação do Ensino, a partir da inserção em uma escola localizada na cidade de Feira de Santana-Ba. O mesmo busca discutir as relações da comunidade escolar com o Projeto Político Pedagógico e sua importância para o fortalecimento das políticas públicas educacionais no processo de andamento democrático. Para compreendermos a organização desta política que permeia na educação, iniciamos com o roteiro de observações do espaço da instituição, registros, coleta de dados, acompanhamento do desenvolvimento do trabalho da gestão escolar, análise do Projeto Político Pedagógico da Instituição, e do regimento escolar, entrevistas, diálogos e cooperação nas atividades da gestão. Finalizando a nossa participação na escola com a aplicação do Projeto de Intervenção voltado para a temática do PPP, enfatizando a importância da participação da Comunidade escolar em sua elaboração ou reelaboração. Somando toda esta dinâmica no âmbito educacional, deu-se origem ao Memorial Individual trazido aqui apenas algumas pautas de discussões e principais reflexões entre a teoria e a prática e a responsabilidade social referente à comunidade escolar.

Palavras chaves: Comunidade escolar, Projeto Político Pedagógico, políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

Sabemos que o Projeto Político Pedagógico é importante, porém mal paramos para analisar que o mais importante é a participação da comunidade escolar em sua elaboração. Logo, se este documento for elaborado em particular, apenas pela coordenadora ou diretora de uma escola, por exemplo, qual validade terá? Pois a sua elaboração é conjunta e participativa pelos vários segmentos que compõem a instituição, é nesse sentido que o PPP se torna importante.

O Projeto Político Pedagógico da instituição além de ser um registro é o plano global da Instituição como relata o autor Celso Vasconcellos (1995). Tanto pode auxiliar o corpo docente se organizar e resolver problemas com mais exatidão por haver uma pauta planejada, como até mesmo se precaver dos problemas atuais referentes às imposições das políticas que participam do processo educacional. Este documento atualizado evidencia autonomia da instituição. Por isso a importância de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

sempre se encontrar atualizado, é uma forma de garantia dos direitos referentes à escola, ao corpo docente, as concepções de ensino- aprendizagem, de educando, dentre outras questões.

Mas, para que haja este fortalecimento é preciso que seja elaborado em conjunto, com todos os segmentos da instituição. A participação de todos evidencia um fortalecimento das políticas públicas educacionais, além de ser uma chave para o processo de andamento da democracia.

DISCUSSÕES

Iniciaremos com uma citação que permeia a nossa prática no cotidiano escolar. Neste sentido, a prática social global é o ponto de partida e de chegada para a prática educativa, Oliveira, (1987). Sobre esta fala relata a autora Betty Oliveira, discutindo os aspectos sociais da escola, onde temos que nos posicionar quanto a essa prática social. Pois a área a nós cabível exige de nós esta prática, requer o nosso posicionamento político.

O Componente Curricular de Estágio supervisionado em Gestão e Coordenação do ensino nos levou a uma das dimensões políticas mais próximas de nós, que é a gestão escolar. Esta política por sua vez além de nos ajudar a compreender a dinâmica da escola, nos ajuda a compreender as demais políticas articuladas a educação, e as ações que nós como professores, gestores, podemos desenvolver na nossa prática para melhorar a qualidade do ensino público.

Durante o Estágio, ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico da instituição, percebemos uma importante pauta, falando sobre o histórico da instituição. A escola anteriormente funcionava em locais alugados, inapropriados para receber o público de alunos, apresentava problemas hidráulicos, umidade no terreno, uma situação de risco para seus usuários. Esta escola na qual estamos tratando, atualmente disponibiliza de um amplo espaço físico, possui materiais pedagógicos necessários, não falta merenda escolar e tudo isso só foi possível devido à mobilização da gestão e comunidade escolar em geral, para conquista do espaço próprio. Dessa forma constatamos que as políticas públicas para serem efetivadas demandam de mobilizações.

Neste contexto social, político e pedagógico que compõe a escola, podemos destacar a importância do trabalho coletivo para um bom funcionamento da instituição e garantia dos direitos. Percebemos a necessidade de uma boa articulação na prática docente para gerir uma educação de qualidade. Por isso torna-se necessário o educador refletir sobre



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

sua prática, mediante o conhecimento que tem, e de como agirá mediante as situações decorrentes no âmbito escolar e ao cenário da educação.

Para compreender a dinâmica da escola basta pensarmos nos vários sujeitos que fazem parte dela de forma direta ou indireta, os mais próximos e os mais distantes. Portanto não apenas educadores. Todos são coparticipantes de uma educação/ou de um modelo de educação. Por isso é importante que todos estejam inteirados quanto aos objetivos educacionais, e as metas que se querem alcançar é importante que se estabeleçam vínculos de respeito, cooperação nos vários espaços, pois a educação não se resume aos conteúdos da sala de aula, mas se dá entre alunos funcionários, professores, porteiros, pais, coordenadores, são várias relações que se estabelecem na instituição escolar e não podemos desprezar a educação que perpassa os muros da escola, sem perder de vista a necessidade de um acompanhamento pedagógico e um planejamento intenso, para que se possa oferecer o melhor para os nossos alunos.

E um dos aspectos que poderá aprimorar estes sentidos educativos que perpassa pelas relações, é o engajamento, a disposição política de todos que compõem a comunidade escolar, na participação dos conselhos elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico. Percebemos durante as observações a dificuldade que há em reunir os diferentes segmentos para discutir a reelaboração do PPP, como a própria coordenadora sinalizou. Mas será que há informação e formação neste sentido? De quem é esta responsabilidade?

A autora Placco ao discutir as diferentes aprendizagens do coordenador pedagógico, relata que compete ao coordenador pedagógico a função de mediador. Percebemos a importância da articulação pedagógica e política nas relações, e para que sejam articuladas estas relações é preciso que ele/a conheça o diagnóstico, a realidade da escola. E como a autora traz o/a mesmo/a deve segundo a autora, realizar muitas aprendizagens sobre si mesmo, sobre os professores, sobre a realidade da escola e de seus alunos. Segundo Placco, (2002) a presença do coordenador pedagógico é imprescindível na implementação e no desenvolvimento do projeto pedagógico da escola.

Apesar do/a coordenador/a ter a função de mediador/a, e ter a responsabilidade no âmbito escolar de articular a formação e empreendimento na elaboração do Projeto Político da instituição, por exemplo, não cabe apenas a ele/a à responsabilidade, pois diante das discontinuidades das políticas públicas, existem limites em sua prática, pois muitas vezes são barrados em suas ações. É necessário sim que ele/a tenha esse engajamento e articule esta política de forma motivadora para a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

comunidade escolar, nos momentos apropriados como as reuniões de Conselho. Mas não podemos responsabiliza-lo pela falta de formação política de toda comunidade escolar, pois esta formação como enfatiza a autora Veiga (2002), se dá no contexto, como eu podemos dizer, de forma continuada, pois ainda vivemos os resquícios de uma ditadura estamos em andamento em construção democrática.

Não podemos perder de vista a falta de informações, formação e esclarecimento de uma política que vem negligenciando os direitos do cidadão, que fazem questão de manter a população neutralizada, sem participação e sem conhecimento. Existem aspectos que toda comunidade escolar precisa saber, que é a importância de sua participação na dinâmica e funcionamento da escola, este é um direito conquistado. Porém nem todos tem o conhecimento de que sua participação nos conselhos e Projeto Político da escola subsidiará uma política democrática. Pois em suma maioria são os professores que aprendem sobre a importância do Projeto Político Pedagógico, talvez por isso haja uma dificuldade e um distanciamento da sociedade (pais), assim como há uma dificuldade em reunir os diferentes segmentos para elaboração do mesmo.

Voltamos a enfatizar que estamos em andamento quanto a este processo de conquista democrática, para tanto é preciso ações, e pautas nas reuniões que discutam aspectos de interesses da comunidade escolar em relação ao processo ensino aprendizagem e os direitos dos educandos de terem uma educação de qualidade.

Ao refletirmos sobre as relações da comunidade escolar, com a elaboração do PPP, enfatizamos uma política participativa de gestão democrática, o que nos remete as lembranças da fala do autor Jacobi, e observamos que falta articulação das instâncias maiores que oriente, informe o cidadão, observamos o quanto isso está e relacionado aos resquícios ao contexto histórico da Ditadura, onde o cidadão não tinha direito a informação, pois lhes era negado estes direitos.

Ao discutir sobre o principal desafio, o autor Jacobi, discute que este desafio está em fortalecer os espaços deliberativos. Pois falta formação política e informação, como evidencia o autor Jacobbi (2008), num contexto de significativa desmobilização da sociedade em geral, coloca-se a necessidade de multiplicar as iniciativas pautadas pela ampliação do direito a informação numa perspectiva integradora, e de fortalecer as práticas de formação de cidadania.

Para que os pais se interessem em participar da elaboração do PPP ou conselho escolar, por exemplo, é preciso que tenham conhecimento da sua importância e mais ainda da importância que há



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

em participar deste nível de políticas públicas educacionais para fortalecer a voz do cidadão, nas tomadas de decisões, na intervenção da vida pública, para que haja de fato uma articulação entre estado/sociedade, como enfatiza o autor, Jacobi, (2008).

Esta participação é uma das chaves para exercício democrático. Notamos que quando falamos da importância do PPP, não é uma importância por si só, a sua importância se revela na participação coletiva, pois é dessa forma que fortalecemos a democracia, que há um fortalecimento do poder público.

O autor Jacobi relata ainda, que um dos maiores desafios de uma proposta participativa ampliada é garantir a definição de critérios de representação. De forma a impedir tanto a sua manipulação por grupos criados para defender interesses particularizados, quanto à possibilidade de sua má instrumentalização pela administração pública. Este aspecto nos remete a responsabilidade de participação que temos diante das políticas educacionais. Ser responsável no desenvolvimento qualquer de uma prática implica de um lado o cumprimento de deveres, de outro, o exercício de direitos. (Freire, 1993).

A coordenadora relatou a dificuldade que há em reunir o conselho escolar para tratar das questões da instituição, e relatou que as pessoas também não se interessam em consultar o Projeto Político da instituição. O que acontece na maioria das vezes para que haja este “desinteresse” não seria a falta de informação e formação?

O autor Jacobi, (2008), ao discutir a respeito dos Conselhos, destaca que, a intenção era romper com as relações de poder existentes, valorizando e resgatando a noção de escola, acomodando a demanda e estimulando mecanismos de co-responsabilização da população na dinâmica da gestão, motivando o protagonismo dos setores mais excluídos. E quem são estes setores mais excluídos? Os próprios usuários da educação pública, que ao mesmo tempo em que está próximo, se distancia das políticas educacionais, pela não participação nas tomadas de decisão.

O que faz com que a comunidade escolar se distancie da prática de consulta do documento que articula o político e pedagógico da instituição? Documento este que dá possibilidade de defesa das concepções da instituição mediante as imposições das instâncias maiores. Pois se já é difícil defender os seus direitos com o documento de PPP em ação, imagine o documento desatualizado. E pior ainda quando este documento que articula o participativo e o democrático é construído apenas por exigência, como o caso relatado pela coordenadora a respeito de um PPP de outra escola, onde o mesmo foi



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

elaborado nestas condições sem a participação da comunidade escolar. Qual a importância de um documento elaborado dessa forma? De qual autonomia e democracia estamos falando?

Assim, nos remetemos ao nosso contexto histórico, de ditadura, em que infelizmente ainda vivenciamos os resquícios, marcado pelo costume não participativo, ainda atuante nas consciências, só que dessa forma perdemos a autonomia, e damos de mãos beijadas o nosso direito de participação e de construção de uma gestão democrática.

Dessa forma ficamos vulneráveis a manipulação das instâncias maiores. Pois desde que não desenvolvamos a prática de participação coletiva nas políticas educacionais, para fortalecer a democracia, haverá uma fragilidade na prática educativa. É neste sentido que destacamos a importância do PPP, por ser construído coletivamente, pois dessa forma gera uma potenciação, um fortalecimento, como discute o autor Jacobi, (2008).

Segundo Veiga, (2002), o Projeto Político Pedagógico gera autonomia na instituição, e uma escola que tem autonomia dificilmente se tornará massa de manobra pelas ditaduras superiores. A escola nesta perspectiva deve ficar acordada no sentido de reivindicar e defender seus direitos construídos coletivamente. Por isso a importância de sempre está atualizando e elaborando pela comunidade escolar. O Projeto Político Pedagógico como relata o autor Vasconcellos (1995), é o Plano Global da Instituição. Consideramos como um grande planejamento onde todos os segmentos representativos podem participar da sua construção, e como todo planejamento flexível o grande plano precisa ser atualizado sempre.

A coordenadora da escola ao justificar a prática de não consultar constantemente o documento Político Pedagógico da instituição analisada, alega que isso está relacionado às muitas demandas no âmbito escolar. Então vemos a própria relação da comunidade escolar fragmentada pelos diversos afazeres do cotidiano. E estas demandas do cotidiano, vão tomando o cenário, são as atividades de urgências como relata a autora Placco, onde presenciamos na prática da gestão escolar. Assim, as atividades de urgência “direcionam-se para atender aos problemas- situações que não são previstos pelo processo de decisão- ação e que exigem permanente atenção”. (Placco, 2009, p.49).

Dentre estas demandas e problemas presenciamos quase uma tarde inteira a diretora e coordenadora tentando resolver a situação de um aluno especial. Percebemos que, apesar da escola receber crianças especiais há anos, não havia uma pauta no Projeto que discutisse o assunto referente a estas crianças. Estas ações imediatas como enfatiza a autora Placco, (2009), são ações reacionais a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

eventos ou comportamentos e, como tal, significam quebra de rotinas e atrasos, suspensão ou redirecionamento de importâncias.

Dessa forma destacamos a importância de se pensar em problemas como este e elaborar uma pauta no PPP que discuta a questão dos direitos dos alunos especiais. Ações como esta evitará improvisações já que foram pensadas e planejadas, podendo ser retomados no documento facilitando as tomadas de decisões referentes ao assunto.

Mantendo este diálogo entre a teoria e prática, o documento nos ajudará nas tomadas de decisões, na afirmação das concepções da instituição e mesmo na resolução de conflitos e problemas por terem sido planejados. Dessa forma quando surgir às urgências será mais fácil lidar diante dos conflitos e dificuldades por terem sido previamente pensados.

O Projeto Político Pedagógico não é importante por si só, mas pela participação coletiva, que permeia as tomadas de decisão, as ações políticas e pedagógicas da instituição. E aí sim podemos destacar algumas considerações importantes ao seu respeito, pois este documento nos ajudará na nossa própria prática como professores que precisa dialogar entre o político e pedagógico. Nos ajuda a lidar diante dos conflitos e problemas como ressalta o autor Veiga, 1995, apud. (Marques, 1990, p.23). Neste sentido é que se deve considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola. .

BREVES CONSIDERAÇÕES

Dessa forma evidenciamos que mais importante do que o Projeto Político Pedagógico é a participação da comunidade escolar na sua elaboração. Pois se não houver esta participação não haverá validade no documento. Este deve ser o posicionamento da consciência que nos cabe, a participação nas políticas educacionais. Temos que além da consciência ter a responsabilidade e o engajamento necessário para articular as políticas institucionais, através dos conselhos e do diálogo mais do que necessário entre o Político e o Pedagógico da instituição.

Neste contexto comprovamos a necessidade do coordenador pedagógico articular a mediação necessária para elaboração do Projeto Político Pedagógico, no entanto existem limites em sua prática, pois vivenciamos ainda os resquícios da ditadura da falta de informação e formação ao cidadão, porém esta formação se dá no contexto, de forma processual.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Assim o conhecimento das leis é indispensável para exercício da profissão docente, para fomentarmos ações que garantam os direitos relacionados aos educandos, a profissão e a própria instituição. Dessa forma temos a responsabilidade política e pedagógica de desenvolver as melhores práticas e ações para que tenhamos uma educação pública de qualidade, neste contexto onde percebemos as mudanças repentinas das políticas públicas educacionais, marcadas pela sua descontinuidade, precisamos estar atentos para manter os direitos conquistados e reivindicar quando necessário. Pois a nossa participação serve como potenciação e supervisionamento do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL**. 14 a edição Papyrus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL**. Editora Papyrus, 1995. Campinas, São Paulo.

PLACCO, Vera, Maria, N. de S.; ALMEIDA. **O COORDENADOR PEDAGÓGICO E O COTIDIANO DA ESCOLA**. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Betty. **A ASSOCIAÇÃO DO SABER ESCOLAR**. Autores associados Ed.Cortez. São Paulo, 1987.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **PLANEJAMENTO: PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**. 6ª ed. São Paulo, 1999.

JACOBI, Pedro Roberto. **ESTADO E EDUCAÇÃO: O DESAFIO DE AMPLIAR A CIDADANIA**. Editora UFPR, Curitiba, 2008.